

Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves

Ano 13 - nº38 - Janeiro, fevereiro e Março de 2016

Curso de Formação de Juristas Populares inicia aulas da nova turma



Cursistas junto com Izabella Chaves, coordenadora do curso

Com uma experiência de 13 anos em formação jurídica para grupos sociais, a Fundação Margarida Maria Alves iniciou em fevereiro as atividades de mais uma turma do Curso de Formação de Juristas Populares.

O curso faz parte do Projeto Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania, apoiado por Misereor, e tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas através da capacitação jurídico-popular de lideranças

comunitárias e sua atuação em espaços democráticos.

Izabella Chaves, advogada e coordenadora do curso, ressalta que esse ano foi inserido um outro momento que não existia em edições anteriores. “Nesta edição temos um bom foco na fase que chamamos de diagnóstico social, buscando ter, assim, um conhecimento e presença maior e mais efetiva nas comunidades a que pertencem os cursistas”, explicou.

No primeiro encontro de diagnóstico foram realizadas

apresentações da equipe da Fundação Margarida Maria Alves, os cursistas se apresentaram e puderam ouvir depoimentos de juristas populares formados e como será o curso, além de participar de dinâmicas de grupo e discutir as demandas de suas comunidades. Já o segundo encontro deu vez a um diagnóstico da turma e seus interesses e problemáticas de cada região na qual atuam.

Continua na página 04

Editorial

2016 é um ano especial para a Fundação Margarida Alves, um ano no qual retomamos um de nossos cursos mais pedidos e com mais tempo de experiência. O Curso de Formação de Juristas Populares foi criado em 1999 e até 2013 teve uma turma por ano sem interrupções. Depois de passar três anos parado, volta reformulado e buscando sempre ir além.

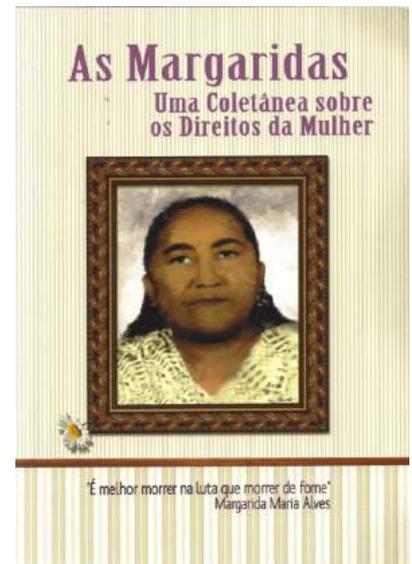
Nossas ações na perspectiva da educação popular é uma de nossas marcas mais fortes, força essa que nos leva a participar da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos, a pautar nossas atividades desde venda de produtos, diálogos com a comunidade, participação em eventos, militâncias diárias até entrevistas dadas a meios de comunicação.

Educação para saber lutar pelos seus direitos, esse é o lema da Fundação Margarida Maria Alves em 2016 e esperamos que você nos acompanhe em mais essa caminhada.

AS MARGARIDAS: uma coletânea

Foi lançado no último dia 08 de março, às 19h, no Hotel Sol em Belo Horizonte o livro “As Margaridas: uma coletânea sobre os Direitos da Mulher”, produzido pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais (SAAEMG). A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves foi convidada pela organização a participar do evento.

Rogerlan Augusta de Moraes, presidenta do Sindicato, destaca que achou interessante não só registrar a importância de Margarida Maria Alves apenas em homenagem no livro, por isso, convidou e contou com a presença de representante da Fundação Margarida Maria Alves. Marcelo Soares, Assessor de Comunicação. “É importante esse encontro para aproximar mais os(as) companheiros(as) da Paraíba e unir nossa luta comum de combate ao machismo, o assédio sexual e a lembrança constante aos homens da importância para a sociedade da valorização e respeito à igualdade de gêneros”, completou.

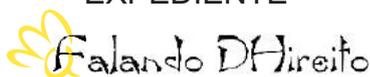


Capa do livro “As Margaridas”

O livro também registra a história do SAAEMG, além de informar sobre direitos garantidos das mulheres e comemorar os 35 anos do Sindicato.

O evento também prestigiou o Dia Internacional da Mulher com a apresentação do grupo de música e dança “As Meninas de Sinhá”, formado por senhoras do bairro Alto Vera Cruz de Belo Horizonte/MG, em 1996.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Fundação é escolhida para participar da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

Com o tema “Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade” ocorrerá entre os dias 27 e 29 de Abril, em Brasília, a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. A Fundação Margarida Maria Alves foi escolhida para participar da Conferência representando o segmento de Educação em Direitos Humanos da Paraíba.

A escolha aconteceu durante a IV Conferência Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, realizada nos dias 29 de fevereiro e 01 de março no Hotel Ouro Branco, em João Pessoa/PB.

Representando a Fundação na Conferência Nacional como delegada da sociedade civil, Izabella Chaves, advogada da entidade, destaca a importância da escolha no eixo da educação em direitos humanos: “Foi um importante reconhecimento ao trabalho da Fundação, notadamente com o Curso de Juristas Populares. Será uma ótima oportunidade para a nossa entidade poder participar na construção de políticas públicas voltadas para educação em direitos humanos e sobretudo para um incentivo a educação não formal”, disse.

A 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos busca consolidar as Políticas de Direitos Humanos no Brasil e também reafirmar os compromissos contidos no Programa Nacional dos



Izabella Chaves (esquerda) e José Marcos Salgueiro (direita) na IV Conferência Estadual de Direitos Humanos da Paraíba

Direitos Humanos -PNDH-3. O programa é o principal documento que orienta as políticas públicas em direitos humanos no país.

A conferência será um espaço amplo e diverso de participação social, que interliga segmentos e políticas, e que resulta em uma ação conjunta de todos os públicos envolvidos em Direitos Humanos no Brasil.

A conferência terá a participação de convidados e de dois mil delegados: 1,2 mil escolhidos nas etapas estaduais e distrital, e, visando a efetiva transversalidade dos temas, 400

eleitos nas etapas estaduais e distrital das conferências da Criança e do Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência e LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; além de 400 delegados membros titulares dos conselhos, comissões, comitês e fóruns oficiais das temáticas relacionadas às pautas da Secretaria de Direitos Humanos.

CURSO DE FORMAÇÃO DE JURISTAS POPULARES 2016

Primeiros encontros de diagnóstico traçam perfis de cursistas

O segundo encontro de diagnóstico do Curso de Juristas Populares, realizado no mês de março, contou com café da manhã coletivo; apresentação de vídeo sobre o tema da participação social e dinâmica recreativa, realizada pela aluna Norma Conceição que atua com o Grupo Praiaços e faz trabalho social com idosos, entre outras atividades.

Foi realizado também uma atividade em grupos na qual os cursistas discutiram entre si suas demandas e depois apresentaram para toda turma.

Izabella Chaves aponta que “o curso voltou renovado, atualizado e reinventado. A ideia é aprimorar a caminhada pelo conhecimento para a nova turma de 30 cursistas indicados pelas mais diversas entidades de defesa dos direitos humanos, como o Sindicato de Empregadas Domésticas, Coletivo de Mandacaru, Projeto Cozinha Verde, Grupo Maria Quitéria,

dentre outras, representando uma diversidade de trabalhos e interesses que só engrandece a experiência ensino/aprendizado do curso de Juristas Populares”.

O cursista Rafael Soares Ramundo aponta que seu interesse pelo curso veio pelas necessidades vindas de sua atuação em sua comunidade. “Me interessei primeiro pela atuação na entidade que participo e pelo convívio que temos com a juventude, que vai para o lado da violência, mas, também, nas questões trabalhistas, entre outras do direito”.

O Curso terá 08 módulos que abrangem campos do direito, além de quatro oficinas iniciais sobre Direitos Humanos e Cidadania; Controle Social e Políticas Públicas; Gênero, Raça e Etnia e Linguagem



Depoimento dos juristas populares Odete Lima (esquerda) e Severino (direita)

Escrita. As aulas acontecem quinzenalmente aos sábados com todo material didático gratuito, sendo custeados pela entidade e pela organização parceira alemã Misereor.

Mais informações pelo telefone 3221-3014, endereço eletrônico fundacao@fundacaomargaretaalves.org.br.



Cursistas debatem suas demandas e preparam apresentação

FUNDAÇÃO REALIZA BAZAR E BRECHÓ PARA ARRECADAÇÃO DE FUNDOS

Nos meses de novembro e dezembro de 2015 a Fundação Margarida Maria Alves promoveu dois Bazares e Brechós de vendas de produtos e lanches, além de atrações musicais, bingo e sorteios. O objetivo do evento foi arrecadar fundos para melhorias na sede da instituição e realização de projetos.

Foram postos a venda produtos doados tanto pela comunidade quanto pela receita federal, além de em consignação. Segundo Graça Duarte, tesoureira e coordenadora administrativa da entidade, o arrecadado nos dois meses foi uma estimativa de R\$ 16 mil reais, sem contar o que foi vendido esse ano dos produtos que sobraram.

Para Marcelo Soares, assessor de comunicação,

aponta que um dos benefícios dos recursos obtidos durante os eventos já pode ser conferido no auditório e sala de aula da Fundação com a mudança do seu piso.

Ele destaca que a reforma veio em um bom momento. “Esse ano retomamos as aulas do Curso de Juristas Populares e essa melhoria do piso no auditório e sala de aulas dá mais condições de ensino e conforto a nossos cursistas. Isso só foi possível graças as vendas realizadas durante nossos Brechós e Bazares.”

Para Marcelo é sempre importante receber o apoio do público e amigos da Fundação. “Gostaríamos de agradecer a todos que vieram, compraram, lancharam, conversaram e se divertiram conosco. Aqueles que não puderam vir, mas

compartilharam e incentivaram esse apoio a nossa Fundação também nosso muito obrigado. Esperamos que todos tenham gostado de nosso Bazar e Brechó tanto quanto nós gostamos de prepará-los”, destaca.

Os produtos do Brechó e Bazar restantes continuam à venda na sede da entidade, localizada a Rua Irineu Joffily, 185. Centro, João Pessoa - PB. Interessados podem comparecer de segunda a sexta das 14h às 18h.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3221-3014 ou pelo enviando um e-mail para fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br.



ACONTECEU

A Rádio Comunitária Cruz das Armas (104.9 FM) entrevistou em outubro a advogada da Fundação, Izabella Chaves. A participação foi no Programa Jonildo Cavalcante acerca do Curso de Formação de Juristas Populares, Bazar e Brechó Ocupe Fundação e outras atividades da entidade..



No último mês de dezembro foi realizada reportagem sobre as atividades da Fundação Margarida Maria Alves pela equipe do Jornal da Clube, da TV Clube/PB, para o quadro Bom Exemplo. O foco foram as atividades realizadas pela entidade, o Curso de Formação de Juristas Populares e o bazar e brechó Desocupe Fundação, realizado no mesmo mês. A matéria foi feita por Lilian Queiroz e contou com a participação do pedagogo da Fundação José Marcos Salgueiro, o Assessor de Comunicação Marcelo Soares e o beneficiário Renildo José. Confira o vídeo na íntegra no endereço; <https://youtu.be/53sueMSyomE>

FIQUE LIGADO!

Entrou em vigor a **Lei nº 13.185** que determina intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

O bullying pode ser classificado como verbal (insultar, xingar e apelidar pejorativamente), moral (difamar, caluniar, disseminar rumores); sexual (assediar, induzir e/ou abusar), social (ignorar, isolar e excluir); psicológica (perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar), físico (socar, chutar, bater); material (furtar, roubar, destruir pertences de outrem), virtual (depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social).



Agora que você chegou ao fim de nosso informativo que tal nos dar um retorno do que achou? Isso mesmo, nos escreva dizendo o que acha de nosso jornal, dando sugestões, fazendo críticas, o espaço é seu! Então corre pro computador e mande um e-mail para fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br ou nos mande uma carta para Rua: Irineu Joffily, 185. Centro, João Pessoa/PB, CEP.: 58011-110. Sua opinião é muito importante para nós.